ReGeo ISSN: 2177-3246

ARQUITETURAS DA FORMAÇÃO SOCIOLÓGICA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

ARCHITECTURES OF SOCIOLOGICAL TRAINING IN BRAZILIAN GRADUATE EDUCATION

ARQUITECTURAS DE LA FORMACIÓN SOCIOLÓGICA EN EL POSGRADO BRASILEÑO

https://doi.org/10.56238/revgeov17n10-171

Data de submissão: 23/09/2026 **Data de publicação:** 23/10/2026

Ademar Alves dos Santos
Doutor em Educação
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
E-mail: ademar.santos@ufu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1552-235X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9847054347636596

Ana Maria da Silva
Especialista em Educação
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
E-mail: anamaris@ufu.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-2098-0944
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3801237697170781

Evandro José Narduci Ruiz
Doutorando em Geografia
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
E-mail: evandrogeouel@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-7238-2660
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7112576746916750

Luciana Silva Maciel
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5811762658220676
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
E-mail: lucianamacielprof@gmail.com

RESUMO
O artigo analisa comparativamente as arquiteturas institucionais de formação dos programas brasileiros de pós-graduação em Sociologia. A pesquisa é documental, comparativa e censitária no plano institucional, com análise complementar do ProfSocio como arquitetura profissional de formação sociológica. O universo foi constituído por 23 programas denominados Sociologia identificados na Área de Sociologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tomando-se o ciclo avaliativo 2021–2024 como marco de identificação e a situação normativa de 2026 como referência documental. Foram examinados regulamentos, regimentos, estruturas curriculares, ementas, normas de qualificação, proficiência, docência e titulação. A codificação distinguiu núcleo disciplinar, prescrição curricular, progressão entre mestrado e doutorado, formação para pesquisa, socialização acadêmica e certificação. Os resultados indicam forte convergência na presença de teoria

sociológica, metodologia e formação para pesquisa, sem uniformidade curricular. Entre os 14 programas com documentação integralmente validada para teoria e metodologia no mestrado, ambos os componentes aparecem como obrigatórios. As diferenças concentram-se na intensidade da prescrição, na organização da formação metodológica, na progressão vertical e nos mecanismos de docência e socialização científica. Conclui-se que a unidade da formação sociológica brasileira decorre menos de uma grade uniforme do que da recorrência de um núcleo disciplinar comum, institucionalizado por arquiteturas formativas distintas.

Palavras-chave: Pós-graduação. Sociologia. Formação Sociológica. Currículo. CAPES.

ABSTRACT

This article comparatively analyzes the institutional architectures of training in Brazilian graduate programs in Sociology. The study is documentary, comparative and census-based at the institutional level, with a complementary analysis of ProfSocio as a professional architecture of sociological training. The universe comprises 23 programs formally named Sociology within the Sociology Area of the Brazilian Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, using the 2021–2024 evaluation cycle as the identification benchmark and the regulatory situation in 2026 as the documentary reference. Regulations, curricula, syllabi, qualification rules, language proficiency requirements, teaching activities and degree requirements were examined. Coding distinguished disciplinary core, curricular prescription, progression from master's to doctoral training, research training, academic socialization and certification. Results indicate strong convergence around sociological theory, methodology and research training without curricular uniformity. Among the 14 programs whose documentation was fully validated for theory and methodology at the master's level, both components are mandatory. Differences are concentrated in the intensity of prescription, the organization of methodological training, vertical progression and mechanisms of teaching and scientific socialization. The study concludes that the unity of Brazilian sociological training derives less from a uniform curriculum than from the recurrence of a shared disciplinary core institutionalized through distinct training architectures.

Keywords: Graduate Education. Sociology. Sociological Training. Curriculum. CAPES.

RESUMEN

El artículo analiza comparativamente las arquitecturas institucionales de formación de los programas brasileños de posgrado en Sociología. La investigación es documental, comparativa y censal en el plano institucional, con análisis complementario del ProfSocio como arquitectura profesional de formación sociológica. El universo está compuesto por 23 programas denominados Sociología identificados en el Área de Sociología de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior, tomando el ciclo de evaluación 2021–2024 como marco de identificación y la situación normativa de 2026 como referencia documental. Se examinaron reglamentos, estructuras curriculares, programas de asignaturas y normas de calificación, dominio de idiomas, docencia y titulación. La codificación distinguió núcleo disciplinar, prescripción curricular, progresión entre maestría y doctorado, formación para la investigación, socialización académica y certificación. Los resultados muestran fuerte convergencia en la presencia de teoría sociológica, metodología y formación para la investigación, sin uniformidad curricular. Entre los 14 programas cuya documentación fue validada integralmente para teoría y metodología en la maestría, ambos componentes son obligatorios. Las diferencias se concentran en la intensidad de la prescripción, la organización de la formación metodológica, la progresión vertical y los mecanismos de docencia y socialización científica. Se concluye que la unidad de la formación sociológica brasileña deriva menos de un currículo uniforme

que de la recurrencia de un núcleo disciplinar común, institucionalizado mediante arquitecturas formativas distintas.

Palabras clave: Posgrado. Sociología. Formación Sociológica. Currículo. CAPES.

1 INTRODUÇÃO

A pós-graduação ocupa posição estruturante na institucionalização da Sociologia brasileira. Foi nesse espaço que a disciplina consolidou comunidades de pesquisa, repertórios teóricos, práticas metodológicas, formas de recrutamento acadêmico e mecanismos de certificação profissional. A expansão nacional dos programas, particularmente a partir das últimas décadas do século XX, ampliou a presença regional da Sociologia e diversificou os ambientes institucionais em que se formam pesquisadores e docentes (Barreira; Côrtes; Lima, 2018; Neves; Cavalcanti, 2018). Essa expansão, entretanto, não autoriza supor que a formação pós-graduada tenha se tornado curricularmente uniforme.

A literatura sobre a pós-graduação em Sociologia tem examinado sua constituição histórica, a expansão territorial, a avaliação promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a internacionalização, as agendas de pesquisa e trajetórias de programas específicos. Esses estudos demonstram que a consolidação nacional do campo convive com diferenciações regionais e organizacionais. Ainda é menos explorada, em perspectiva nacional comparativa, a forma pela qual os próprios programas prescrevem o que deve compor a formação de mestres e doutores por meio de regulamentos, currículos, componentes obrigatórios e requisitos acadêmicos.

Essa lacuna é relevante porque o currículo de um programa de pós-graduação não constitui apenas uma lista administrativa de disciplinas. Ele distribui tempos, obrigações e possibilidades de escolha. Também define quais conhecimentos são considerados indispensáveis, quais experiências são exigidas para a progressão acadêmica e de que maneira o estudante deve demonstrar competência para receber o título. Regulamentos de qualificação, normas de proficiência, atividades docentes e exigências de participação científica integram esse processo. A formação, portanto, é produzida por uma combinação de currículo disciplinar, pesquisa, socialização acadêmica e certificação.

O problema que orienta o artigo é o seguinte: como os programas brasileiros de pós-graduação em Sociologia institucionalizam diferentes arquiteturas de formação sociológica por meio de seus currículos, regulamentos e requisitos acadêmicos? O objetivo geral consiste em analisar comparativamente essas arquiteturas, considerando a formação teórica e metodológica, a organização curricular, os mecanismos de socialização acadêmica e os requisitos de titulação.

O estudo formula quatro hipóteses. A primeira sustenta que os programas apresentam um núcleo disciplinar convergente baseado em teoria sociológica, metodologia e formação para pesquisa. A segunda propõe que a passagem do mestrado ao doutorado reorganiza o percurso formativo, sem representar simples acréscimo de disciplinas ou créditos. A terceira prevê ampla institucionalização da

formação metodológica acompanhada de diversidade quanto à combinação entre fundamentos gerais, métodos qualitativos, quantitativos e avançados. A quarta indica maior diferenciação entre programas nos mecanismos de socialização acadêmica e formação docente do que no núcleo teórico-metodológico.

Empiricamente, a pesquisa assume caráter censitário no plano institucional. A identificação do universo foi realizada na Plataforma Sucupira/CAPES em 7 de outubro de 2026. A busca inicial abrangeu programas em funcionamento nas cinco regiões brasileiras, pertencentes à grande área Ciências Humanas, em modalidade presencial, sem exclusão prévia por forma associativa, conceito ou grau acadêmico. Em seguida, selecionou-se a Área de Avaliação Sociologia e, dentro dela, os programas cuja denominação oficial é exatamente "Sociologia". A aplicação sucessiva desses filtros resultou em 23 PPGs, dos quais 18 oferecem mestrado e doutorado e cinco oferecem apenas mestrado.

O argumento desenvolvido é que a formação pós-graduada em Sociologia no Brasil combina unidade disciplinar e diferenciação institucional. A unidade decorre da recorrência de um núcleo estruturado por teoria, metodologia e pesquisa. A diferenciação emerge das distintas intensidades de prescrição curricular, das formas de progressão entre mestrado e doutorado e dos mecanismos pelos quais os programas institucionalizam docência, socialização científica e especialização temática. O artigo denomina arquitetura formativa a configuração institucional que organiza e hierarquiza esses componentes.

2 FORMAÇÃO SOCIOLÓGICA, PÓS-GRADUAÇÃO E PRESCRIÇÃO INSTITUCIONAL

A institucionalização da pós-graduação brasileira esteve estreitamente associada à ação estatal, à expansão universitária e à criação de mecanismos nacionais de coordenação e avaliação. Martins (2018) mostra que a formação do sistema de pós-graduação, particularmente entre as décadas de 1960 e 1980, resultou de processos de diferenciação institucional que conferiram nova centralidade ao mestrado e ao doutorado. Na Sociologia, essa trajetória consolidou programas que passaram a organizar a reprodução acadêmica da disciplina e a concentrar parte expressiva da produção científica.

Liedke Filho (2005) permite situar esse processo em uma temporalidade disciplinar mais longa. A institucionalização da Sociologia no Brasil articulou recepção de tradições internacionais, formação universitária, diferenciação de campos de pesquisa e elaboração de problemas vinculados à sociedade brasileira. A pós-graduação consolidou parte dessas dinâmicas ao transformar a formação avançada em espaço regular de produção, circulação e reprodução do conhecimento sociológico.

O desenvolvimento da pós-graduação também ampliou a diferenciação interna do campo. Campos *et al.* (2023), ao examinarem mais de três mil teses de doutorado, identificaram mudanças na

agenda temática da Sociologia brasileira. Oliveira e Silva (2016, 2020), por sua vez, mostraram que a educação ocupa posições institucionais e agendas distintas dentro da Sociologia. Esses trabalhos indicam que a existência de uma identidade disciplinar compartilhada convive com subcampos, agendas e arranjos organizacionais heterogêneos.

Adorno e Ramalho (2018) observam que a experiência de avaliação da CAPES se tornou componente importante da organização dos programas de Sociologia. A avaliação não se limita a aferir resultados ex post. Seus critérios também constituem referências para planejamento, composição curricular, produção intelectual, inserção social e acompanhamento dos estudantes. Barreira, Côrtes e Lima (2018) demonstram que a ampliação territorial do campo ocorreu sob experiências regionais diversas, mas em interlocução com instituições nacionais de regulação que contribuíram para sua consolidação.

Neves e Cavalcanti (2018) associam a vitalidade da pós-graduação em Sociologia à capacidade dos programas de responder às transformações do sistema de conhecimento, à internacionalização e às exigências de formação avançada. A literatura, portanto, reconhece simultaneamente coordenação nacional e diferenciação institucional. Esse duplo movimento oferece uma chave para examinar os currículos: a existência de referências comuns não elimina escolhas locais sobre obrigatoriedade, flexibilidade, docência ou métodos.

Outro conjunto de trabalhos deslocou a atenção para aquilo que os programas produzem. Nascimento (2021), ao examinar 538 projetos de pesquisa de dez programas, identificou diversidade temática e diferenças regionais na agenda sociológica. Melo, Bernardo e Gomes (2018) analisaram teses da área e mostraram inflexões temáticas e metodológicas da produção discente. Protetti (2021), em estudo sobre a Unicamp, examinou mudanças e permanências institucionais a partir de documentação, dados e trajetórias docentes. Passiani e Moraes (2025), ao estudarem a UFRGS, analisaram cultura institucional, gestão coletiva, acumulação de capital científico e formação de sucessores.

Esses trabalhos permitem compreender expansão, diferenciação regional, agendas de pesquisa, avaliação e trajetórias organizacionais. O objeto deste artigo é distinto. Interessa saber como a formação é prescrita antes que se converta em tese, dissertação ou produção intelectual. A análise desloca-se, portanto, do que os programas produzem para as condições formais que estabelecem para produzir pesquisadores titulados.

O estado da arte também mostra que os PPGs já foram examinados por diferentes entradas empíricas. Melo, Bernardo e Gomes (2018) analisaram 282 teses de doutorado e evidenciaram diversidade metodológica. Tavares Júnior *et al.* (2019) investigaram respostas institucionais de

programas às recomendações da avaliação. Maia e Medeiros (2021) examinaram práticas de docência, pesquisa e escrita entre cientistas sociais vinculados à pós-graduação. Silva, Souza e Lima (2022) utilizaram dados de docentes dos PPGs para discutir a caracterização cientométrica do campo. Esse conjunto amplia o conhecimento sobre produção, trabalho acadêmico e regulação, mas não substitui a comparação nacional das prescrições curriculares e normativas que organizam o percurso formativo.

Baltar e Baltar (2017) acrescentam outra dimensão ao demonstrar que a institucionalização acadêmica aproximou a identidade profissional do sociólogo da docência universitária e da pós-graduação. A observação é relevante porque permite perguntar que perfis profissionais são implicitamente privilegiados pelas arquiteturas curriculares. Este artigo não mede inserção ocupacional, mas considera a relação entre formação para pesquisa, docência e certificação como parte da organização institucional dos programas.

Esse estado da arte delimita uma lacuna específica. Estudos anteriores examinaram história, regionalização, avaliação, internacionalização, agendas de pesquisa, produção bibliográfica, práticas de trabalho e programas particulares. A comparação nacional das prescrições curriculares e normativas dos PPGs formalmente denominados Sociologia permanece menos desenvolvida. É nesse nível que o conceito de arquitetura formativa é mobilizado.

A lacuna é tratada de modo relacional. O estudo pergunta como programas formalmente denominados Sociologia organizam, em um mesmo desenho comparativo, teoria, metodologia, pesquisa, docência, socialização científica e requisitos de titulação. O foco recai sobre a formação prescrita, dimensão distinta das agendas de pesquisa, da produção bibliográfica e das trajetórias profissionais já examinadas pela literatura.

A análise institucional adotada não pressupõe que currículos sejam simples reflexos da avaliação externa. Adorno e Ramalho (2018) mostram que a CAPES fornece critérios e instrumentos comuns à área, enquanto Tavares Júnior *et al.* (2019) identificam capacidades diferenciadas de resposta entre programas. Passiani e Moraes (2025), ao estudarem o PPGS/UFRGS, demonstram que cultura institucional, gestão coletiva, estabilidade docente e formação de sucessores também participam da reprodução acadêmica. Desse modo, regras nacionais e trajetórias organizacionais precisam ser examinadas conjuntamente.

Adota-se, assim, o conceito de arquitetura formativa. Ele designa a configuração institucional pela qual um programa organiza e hierarquiza componentes curriculares, formação teórico-metodológica, práticas de pesquisa, experiências docentes, mecanismos de socialização acadêmica e requisitos de titulação. A arquitetura não é equivalente à grade curricular, pois inclui normas e experiências que podem estar distribuídas em regulamentos, resoluções, manuais e atos específicos.

A categoria de prescrição curricular refere-se ao grau em que o percurso é previamente definido pelo programa. Há programas com maior proporção de componentes obrigatórios e outros com um núcleo reduzido acompanhado de amplo espaço eletivo. A progressão vertical, por sua vez, descreve a forma como o programa reorganiza a formação na passagem do mestrado ao doutorado. Essa progressão pode preservar diretamente o núcleo, convertê-lo em componentes avançados ou pressupor que sua aquisição ocorreu em etapa anterior.

A socialização acadêmica constitui terceira dimensão. Estágio docente, seminários, participação em eventos, créditos especiais e atividades de pesquisa inserem o estudante em práticas que extrapolam o domínio formal de conteúdos. Por fim, a certificação engloba qualificação, proficiência e defesa, mecanismos pelos quais o programa verifica o domínio esperado e autoriza a titulação. Essas dimensões permitem comparar os programas sem estabelecer um ranking de qualidade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é documental, comparativa e de abordagem predominantemente qualitativa, com emprego complementar de estatística descritiva. O plano institucional é censitário. A unidade de análise corresponde ao programa de pós-graduação academicamente denominado Sociologia. A recuperação inicial na Plataforma Sucupira/CAPES, em 7 de outubro de 2026, contemplou programas em funcionamento nas cinco regiões, na grande área Ciências Humanas, em modalidade presencial, sem exclusão por forma associativa, modalidade acadêmica ou profissional, grau ou conceito entre os valores vigentes selecionados (Brasil, 2026a). A filtragem posterior pela Área de Avaliação Sociologia resultou em 50 registros ativos na extração. Desses, 23 possuíam a denominação oficial “Sociologia” e compuseram o corpus principal.

O número de registros ativos recuperado em 2026 corresponde a um retrato temporal da base. O Documento de Área 2025–2028 registra que, em 2024, a Área de Sociologia reunia 52 programas em funcionamento, distribuídos entre diferentes denominações disciplinares (Brasil, 2025). A diferença entre os totais decorre de retratos temporais distintos e não altera o critério do estudo, que utiliza a extração corrente para definir o universo institucional.

A delimitação pela denominação Sociologia constitui critério substantivo de inclusão e não simples filtro técnico. Foram excluídos do censo programas denominados Ciências Sociais, Sociologia Política, Sociologia e Antropologia, Sociologia e Ciência Política e outras denominações da mesma área de avaliação. A opção busca preservar maior homogeneidade institucional entre unidades comparadas, sem atribuir menor relevância acadêmica aos programas excluídos.

O Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, ProfSocio, requer tratamento específico. O programa esteve vinculado historicamente à Área de Sociologia. Em 2023, a CAPES criou a Área Ciências e Humanidades para a Educação Básica, que passou a reunir programas profissionais em rede voltados à formação continuada de professores (Brasil, 2023). O ProfSocio passou a integrar essa área (Brasil, 2026b). Por essa razão, não compõe o denominador censitário N = 23. Ele é analisado como caso complementar, pois sua área de concentração em Ensino de Sociologia, sua organização nacional em rede e sua finalidade profissional permitem contrastar duas formas institucionais de formação sociológica sem misturar unidades submetidas a áreas de avaliação distintas.

As fontes primárias foram a Plataforma Sucupira e documentos disponíveis em páginas oficiais das instituições e dos programas. Foram procurados regulamentos, regimentos, resoluções, estruturas e matrizes curriculares, ementas, normas de créditos, qualificação, proficiência, estágio docente, atividades acadêmicas e titulação. Sempre que uma informação aparecia em mais de um documento, prevaleceu a norma vigente de maior hierarquia. Editais e páginas informativas foram utilizados como fontes complementares, especialmente para confirmar funcionamento e oferta contemporânea.

A coleta distinguiu quatro condições documentais: V, informação vigente e validada; VC, informação vigente com necessidade de conferência complementar; H, documento histórico; e NI, informação não identificada. Apenas os casos classificados como V integraram o denominador dos indicadores quantitativos. Casos VC foram mantidos fora do cálculo até confirmação suficiente, enquanto H foi utilizado somente para contextualização temporal. NI não foi convertido em ausência substantiva. Essa decisão evita que limitações de transparência institucional sejam interpretadas como inexistência de determinada exigência ou atividade.

O banco foi estruturado em dimensões. A primeira registra identificação institucional, região e níveis ofertados. A segunda captura o núcleo disciplinar por meio da presença e da condição de obrigatoriedade de teoria sociológica, metodologia e formação para pesquisa. A terceira examina prescrição curricular. A quarta classifica a configuração teórica. A quinta diferencia metodologia geral, métodos qualitativos, quantitativos, integrados e avançados. As dimensões seguintes registram seminários e projetos, progressão mestrado-doutorado, formação docente, socialização científica, qualificação, proficiência e demais requisitos de titulação.

Para variáveis categóricas, empregaram-se códigos de obrigatoriedade, eletividade, condicionalidade, não aplicação e informação não identificada. Para variáveis quantitativas, foram registrados créditos e outros valores apenas quando explicitamente informados pelos documentos. A densidade de prescrição curricular foi concebida como a relação entre créditos obrigatórios e total de

créditos disciplinares exigidos, sempre que ambos os valores estavam disponíveis e comparáveis. Não foram atribuídos pesos normativos a diferentes componentes.

O estudo é censitário quanto às unidades institucionais, mas os denominadores variam por indicador. Assim, o universo permanece em 23 programas, enquanto o número de casos válidos para determinada variável pode ser inferior. Os percentuais são apresentados somente quando o denominador documental é inequívoco. Esse procedimento também orienta a principal frequência apresentada no artigo: entre 14 programas cuja documentação foi integralmente validada para a presença de teoria e metodologia no mestrado, ambos os componentes aparecem como obrigatórios.

A análise ocorreu em três movimentos. No primeiro, realizou-se leitura horizontal, comparando a presença de componentes entre os programas. No segundo, procedeu-se à leitura vertical das combinações internas de cada arquitetura. No terceiro, confrontaram-se mestrado e doutorado nos programas que oferecem os dois níveis. A interpretação não busca medir qualidade. Seu foco é identificar convergências, diferenças e mecanismos de institucionalização da formação.

Como limitação, a disponibilidade pública de documentos é desigual. Alguns programas concentram todas as normas em páginas organizadas e atualizadas. Outros distribuem regras em atos administrativos, sistemas acadêmicos e arquivos históricos. Por isso, nem todas as variáveis alcançam cobertura integral. A decisão de preservar dados ausentes, em vez de imputá-los, reduz a aparente completude do banco, mas aumenta a rastreabilidade dos resultados.

4 CONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL DA FORMAÇÃO SOCIOLÓGICA

O censo institucional confirma a presença dos 23 programas denominados Sociologia nas cinco macrorregiões brasileiras. O Nordeste reúne oito unidades, seguido pelo Sudeste, com seis, Centro-Oeste e Sul, com quatro cada, e Norte, com uma. A distribuição demonstra capilaridade nacional, mas permanece territorialmente desigual. O dado não é utilizado como medida de qualidade, produtividade ou desempenho. Ele descreve a localização institucional do universo comparado.

Dezoito dos 23 programas oferecem simultaneamente mestrado e doutorado. Cinco oferecem apenas mestrado: UFAM, UFPI, UFMA, UFAL e UFMT. Esse recorte define N = 18 para as comparações de progressão vertical entre os dois níveis. A distinção entre universo institucional e denominadores específicos é mantida em todas as tabelas e análises.

A Tabela 1 sistematiza esse universo institucional e cumpre duas funções no argumento. Primeiro, torna visível a distribuição territorial e os níveis ofertados pelos 23 programas. Segundo, fixa a base a partir da qual os denominadores específicos das análises posteriores são derivados, sobretudo o subconjunto de 18 programas com mestrado e doutorado.

Tabela 1. Configuração institucional dos programas brasileiros de pós-graduação em Sociologia

IES	UF	Região	Nível	Conceito CAPES
UFAM	AM	Norte	M	3
UFPI	PI	Nordeste	M	3
UFMA	MA	Nordeste	M	5
UFC	CE	Nordeste	M/D	4
UECE	CE	Nordeste	M/D	4
UFPB	PB	Nordeste	M/D	5
UFPE	PE	Nordeste	M/D	5
UFAL	AL	Nordeste	M	4
UFS	SE	Nordeste	M/D	4
UnB	DF	Centro-Oeste	M/D	6
UFG	GO	Centro-Oeste	M/D	5
UFGD	MS	Centro-Oeste	M/D	4
UFMT	MT	Centro-Oeste	M	4
UERJ	RJ	Sudeste	M/D	7
UFF	RJ	Sudeste	M/D	5
UFMG	MG	Sudeste	M/D	5
USP	SP	Sudeste	M/D	6
UFSCar	SP	Sudeste	M/D	7
Unicamp	SP	Sudeste	M/D	7
UEL	PR	Sul	M/D	5
UFPR	PR	Sul	M/D	6
UFRGS	RS	Sul	M/D	7
UFPel	RS	Sul	M/D	5

M = mestrado; M/D = mestrado e doutorado. O conceito CAPES é apresentado apenas como atributo institucional descritivo e não como medida de qualidade formativa.

Fonte: elaboração dos autores com base na extração da Plataforma Sucupira/CAPES de 7 out. 2026 (Brasil, 2026a) e nos documentos institucionais consultados.

A leitura da Tabela 1 mostra que a presença nacional dos PPGs convive com distribuição territorial desigual e com distintas estruturas de oferta. Essa configuração não explica, por si só, as diferenças curriculares. Ela delimita o terreno institucional sobre o qual as comparações das Tabelas 2 e 3 são realizadas.

A documentação pública mostrou forte variação de organização e transparência. Em 19 dos 23 programas foi possível localizar material suficiente para codificar as dimensões centrais. Em quatro casos, algumas variáveis curriculares permaneceram sob validação complementar. Por isso, os indicadores quantitativos utilizam denominadores específicos e reportam somente casos documentalmente validados. Essa diferença não implica menor institucionalização dos programas com cobertura incompleta. Indica apenas que regulamentos, currículos e ementas não são expostos segundo um padrão nacional único.

Essa heterogeneidade documental é analiticamente pertinente. A CAPES estabelece referências comuns de avaliação e a área explicita a importância da coerência entre proposta, linhas de pesquisa e estrutura curricular. Contudo, a forma pela qual cada programa publica, organiza e distribui suas normas permanece descentralizada. O artigo, por isso, trata a transparência documental como condição de observação e não como atributo de qualidade.

5 O NÚCLEO CURRICULAR DA FORMAÇÃO SOCIOLÓGICA

O primeiro resultado é a existência de forte convergência em torno de teoria sociológica, metodologia e formação para pesquisa. Entre os 14 programas cuja documentação foi integralmente validada para teoria e metodologia no mestrado, ambos os componentes aparecem como obrigatórios. Essa regularidade é suficientemente ampla para rejeitar a hipótese de que a formação teórico-metodológica seja apenas uma preferência local de determinados programas.

No plano descritivo, a documentação mostra forte recorrência de teoria sociológica e metodologia entre os programas validados. No plano institucional, essa recorrência coincide com referências da CAPES que atribuem centralidade à coerência curricular e à formação teórico-metodológica. O desenho da pesquisa não permite afirmar que a avaliação nacional produza causalmente essas estruturas, nem separar seu efeito de tradições disciplinares anteriores. O resultado sustenta apenas a existência de correspondência entre prescrições curriculares observadas e parâmetros avaliativos comuns à área.

A unidade não significa que as disciplinas possuam conteúdos idênticos. Na UFAM, por exemplo, a formação articula Teoria Sociológica I, Metodologia em Ciências Sociais, continuidade teórica e Seminário de Dissertação. Na UFPB, Teoria Sociológica I e II e Metodologia das Ciências Sociais integram o núcleo obrigatório. Na UnB, o programa descreve sua estrutura pela combinação entre teoria, metodologia, optativas e seminários de pesquisa. Na UFSCar, Pesquisa Social e Seminário de Dissertação acompanham a formação teórica obrigatória.

A teoria também apresenta configurações diversas. Há programas que dividem a formação entre clássicos e contemporâneos, outros utilizam disciplinas integradas e alguns incorporam componentes de Sociologia brasileira, teoria avançada ou perspectivas críticas. A UECE inclui Sociologia Brasileira no núcleo do mestrado, enquanto outros programas concentram essa dimensão em optativas. A UFG, em componentes recentes, amplia a discussão clássica com autores historicamente menos presentes no cânone tradicional.

Essas diferenças justificam separar presença obrigatória e configuração interna. A primeira informa o grau de institucionalização da teoria. A segunda permite examinar como o programa define o repertório teórico legítimo. A comparação mostra que a teoria é altamente institucionalizada, mas não existe um único modo de organizar o cânone.

A distinção entre estabilidade e renovação dialoga com a literatura sobre a transformação da agenda sociológica. Campos *et al.* (2023) identificaram alterações temáticas relevantes nas teses brasileiras, enquanto Liedke Filho (2005) já apontava a incorporação de novos temas e abordagens pela disciplina. No corpus deste estudo, a atualização aparece sobretudo em disciplinas avançadas e

optativas. Como a publicidade das ementas é desigual, essa dimensão permanece qualitativa e não é convertida em frequência nacional.

A formação para pesquisa constitui o terceiro componente recorrente. Seminários de dissertação ou tese, elaboração de projetos e disciplinas de pesquisa funcionam como pontes entre conteúdo teórico-metodológico e produção do trabalho final. Esse ponto é importante porque evita reduzir formação para pesquisa ao ensino abstrato de métodos. A arquitetura formativa incorpora momentos em que o estudante transforma instrumentos em desenho, argumento, análise e texto acadêmico.

A Tabela 2 concentra os indicadores que permitem avaliar a recorrência documental das dimensões centrais da formação. Sua função é distinguir convergências efetivamente sustentadas pelo corpus de generalizações indevidas, pois cada frequência é calculada apenas sobre casos com informação vigente e validada.

Tabela 2. Frequências documentais das dimensões da formação

Indicador	N válido	n	%	Interpretação
Teoria sociológica obrigatória no mestrado	14	4	00,0	Núcleo disciplinar convergente no subconjunto validado
Metodologia obrigatória no mestrado	4	4	00,0	Convergência na exigência, diversidade na configuração
Formação para pesquisa	19	8	4,7	Seminários, projeto ou componente equivalente identificado
Estágio/prática docente	18	5	3,3	Obrigatoriedade varia entre universal, condicional e facultativa
Qualificação formal	19	9	00,0	Mecanismo de certificação intermediária amplamente institucionalizado
Proficiência em língua estrangeira	18	7	4,4	Número e regras variam por nível

N válido corresponde apenas aos casos classificados como V para cada indicador. Casos VC e NI não integram o denominador. Os percentuais referem-se, portanto, ao subconjunto documentalmente validado e não ao universo total de 23 programas.

Fonte: elaboração dos autores a partir da documentação institucional validada.

A função analítica da Tabela 2 é demonstrar que a convergência é mais robusta no núcleo teórico-metodológico do que nas dimensões de docência e socialização. Ao mesmo tempo, a variação dos denominadores torna visível o limite documental da pesquisa e impede que informação não localizada seja tratada como ausência institucional.

6 METODOLOGIA E PROGRESSÃO ENTRE MESTRADO E DOUTORADO

A terceira hipótese encontra apoio na distinção entre obrigatoriedade e configuração metodológica. A metodologia está amplamente presente, mas o rótulo comum encobre desenhos muito diferentes. Em alguns programas, uma única disciplina reúne epistemologia, desenho de pesquisa,

coleta e análise de dados. Em outros, os componentes separam métodos qualitativos e quantitativos. Há ainda programas que deslocam a formação metodológica avançada para o doutorado.

Na UFF, Métodos e Técnicas de Pesquisa reúne abordagens qualitativas, quantitativas, documentais, etnográficas e biográficas. Na UFS, a disciplina metodológica do mestrado integra explicitamente estratégias quantitativas e qualitativas. A UEL também apresenta componente que combina metodologias qualitativas e quantitativas. No IESP-UERJ, parte do núcleo obrigatório possui orientação quantitativa mais explicitamente demarcada. A UFMG diferencia componentes metodológicos e oferece disciplinas recentes voltadas a análise qualitativa e a novos instrumentos de pesquisa.

Esses casos sustentam a interpretação de que há convergência quanto à necessidade de formação metodológica, mas elevada heterogeneidade quanto ao modo de operacionalizá-la. Essa heterogeneidade pode estar associada às tradições dos programas, às competências docentes, às linhas de pesquisa e à compreensão local sobre quais métodos compõem uma formação sociológica suficiente. O desenho documental não permite estabelecer o peso causal de cada fator, mas torna visível a variação.

A passagem do mestrado ao doutorado introduz outra diferenciação. Não se observa uma regra segundo a qual o doutorado seja simplesmente o mestrado acrescido de mais créditos. Na Unicamp, por exemplo, o doutorado possui menor volume de créditos obrigatórios do que o mestrado, ampliando a flexibilidade do percurso. Na UECE, componentes do doutorado assumem caráter avançado e estudantes oriundos de outras áreas podem ser remetidos ao núcleo teórico do mestrado quando a formação anterior não for considerada equivalente.

Na USP, o novo regulamento de 2026 também demonstra continuidade por pressuposição e diferenciação. O percurso exige componentes teóricos e metodológicos, mas articula créditos especiais vinculados à participação científica e a experiências de monitoria ou estágio. A formação doctoral, assim, opera menos como repetição de componentes e mais como reorganização da trajetória em direção à pesquisa autônoma.

Esses resultados permitem definir continuidade disciplinar vertical como o mecanismo pelo qual o programa preserva, aprofunda ou pressupõe a formação disciplinar na passagem do mestrado ao doutorado. Foram identificadas três formas recorrentes: continuidade direta, quando teoria e método permanecem formalmente exigidos; continuidade progressiva, quando os componentes assumem versões avançadas; e continuidade por pré-requisito, quando o doutorado pressupõe competências adquiridas anteriormente e desloca o centro da formação para tese e especialização.

A hipótese de que o doutorado reorganiza o percurso, sem representar simples acréscimo quantitativo, é, portanto, sustentada pelos casos comparáveis. Essa reorganização também reforça a utilidade da densidade de prescrição curricular. Programas podem ampliar a exigência científica e, simultaneamente, reduzir a proporção de créditos obrigatórios, transferindo maior responsabilidade de escolha ao doutorando.

A Tabela 3 transforma a comparação entre mestrado e doutorado em uma leitura de trajetórias formativas. Ela seleciona casos com documentação suficientemente clara para exemplificar diferentes mecanismos de continuidade vertical, sem atribuir frequência nacional aos padrões apresentados.

Tabela 3. Exemplos de progressão formativa entre mestrado e doutorado

Programa	Mestrado	Doutorado	Padrão analítico
UECE	Núcleo amplo com teoria, metodologia, Sociologia Brasileira e seminário	Metodologia avançada, teoria contemporânea e seminários de tese	Progressiva
UnB	Teoria contemporânea, métodos e seminários de pesquisa	Teoria, metodologia, prática docente e seminários	Direta/progressiva
USP	Projeto, métodos e teoria com escolha interna	Reorganização do núcleo e créditos especiais	Por pré-requisito
UFSCar	Pesquisa Social, seminário e duas teorias	Seminário avançado e seminário de tese	Por pré-requisito
Unicamp	Maior volume de créditos obrigatórios	Menor prescrição e maior flexibilidade	Por flexibilização
UFS	Teorias, métodos e seminário de dissertação	Teoria avançada, epistemologia, colóquios e seminário de tese	Progressiva

os casos têm finalidade comparativa e ilustram formas de progressão entre níveis. A tabela não expressa frequência do universo de 18 programas que oferecem mestrado e doutorado.

Fonte: elaboração dos autores com base nos regulamentos e estruturas curriculares vigentes consultados em 2026.

A Tabela 3 evidencia que a progressão vertical pode preservar componentes, convertê-los em versões avançadas ou pressupor competências anteriores. Sua função é sustentar a interpretação de que o doutorado reorganiza a arquitetura da formação em vez de simplesmente ampliar o número de créditos ou disciplinas do mestrado.

7 PARA ALÉM DAS DISCIPLINAS: DOCÊNCIA, SOCIALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A quarta hipótese desloca a análise para componentes menos uniformes. Estágio ou prática docente aparecem em grande parte dos programas com informação válida, mas assumem regimes diversos. Em alguns casos são obrigatórios para todos os estudantes. Em outros, apenas para bolsistas. Há também situações de oferta facultativa. Essa variação confirma que a formação para docência no ensino superior não possui a mesma uniformidade observada no núcleo teórico-metodológico.

A distinção é substantiva porque os programas possuem finalidade recorrente de formação de pesquisadores e docentes, mas convertem essa finalidade em regras distintas. A docência pode aparecer

como disciplina, estágio supervisionado, crédito especial ou atividade condicionada à bolsa. Assim, a presença institucional da formação docente não pode ser adequadamente medida por um indicador binário.

A socialização científica apresenta diversidade ainda maior. O regulamento recente da USP reconhece créditos relacionados a eventos, monitoria e outras atividades acadêmicas. Outros programas incorporam seminários permanentes, colóquios ou atividades complementares. Há casos em que tais experiências aparecem como parte do currículo e outros em que são recomendadas sem crédito formal. Essa diferenciação produz arquiteturas distintas mesmo quando o núcleo disciplinar é semelhante.

A qualificação é a dimensão de certificação intermediária mais estável entre os programas com documentação validada. Sua forma, contudo, varia. Ela pode se concentrar na avaliação do projeto, exigir capítulos, incorporar domínio teórico ou metodológico ou avaliar o desenvolvimento global da pesquisa. A UFMG oferece exemplo de desenho em que a qualificação doctoral pode verificar domínio de teoria sociológica, relação com a linha de pesquisa e estratégia metodológica.

A proficiência em língua estrangeira também opera como marcador de progressão. Em vários programas, o doutorado amplia o número de línguas exigidas em relação ao mestrado. A Unicamp e a UFS exemplificam essa estrutura. O requisito não constitui conteúdo sociológico em sentido estrito, mas integra o modelo institucional de acesso à literatura e circulação acadêmica.

No conjunto, os resultados sustentam a hipótese de maior diferenciação nos mecanismos de socialização e docência. O núcleo teórico-metodológico estabelece uma base comum. Ao redor dele, os programas constroem formas diversas de inserção no ofício acadêmico. Essa faixa formativa não é secundária. Ela define experiências de participação, exposição pública, ensino, circulação e reconhecimento que compõem a formação profissional do pesquisador.

8 ARQUITETURAS FORMATIVAS E DIFERENCIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os resultados permitem compreender a formação sociológica como uma estrutura de camadas. A primeira é um núcleo disciplinar relativamente estável, composto por teoria, metodologia e pesquisa. A segunda corresponde à progressão formativa, que articula seminários, qualificação, proficiência e, nos programas com doutorado, mecanismos de continuidade vertical. A terceira é uma zona mais variável de socialização e especialização, na qual aparecem docência, eventos, créditos especiais, tópicos temáticos e métodos emergentes.

Essa organização explica por que programas podem ser simultaneamente semelhantes e diferentes. A unidade disciplinar se concentra naquilo que é considerado indispensável. A diferenciação

se manifesta na intensidade de prescrição, na maneira de operacionalizar métodos, no equilíbrio entre obrigatórias e optativas e na incorporação de experiências de socialização. A arquitetura formativa torna visível essa combinação sem reduzir a comparação a número de créditos ou quantidade de disciplinas.

A relação entre regulação nacional e escolha institucional também merece atenção. Descritivamente, os documentos mostram que a CAPES fornece referências comuns de avaliação e que os programas organizam seus currículos de formas distintas. Interpretativamente, a convergência observada em teoria e metodologia é compatível com a existência de uma cultura disciplinar consolidada e com um ambiente avaliativo nacional compartilhado. O desenho documental não permite medir o efeito independente de cada processo nem estabelecer direção causal entre avaliação e configuração curricular.

A interpretação dialoga com Barreira, Côrtes e Lima (2018). A descentralização regional da Sociologia não eliminou a existência de um campo disciplinar nacional. Os dados curriculares mostram fenômeno semelhante. A diversidade institucional não dissolve o núcleo comum. Ao contrário, os programas parecem compartilhar uma ideia mínima de formação sociológica, ao mesmo tempo em que preservam margens para construir identidades próprias.

Esse resultado também complementa os trabalhos sobre agendas de pesquisa. Nascimento (2021) mostrou que os programas diferem nos temas investigados e que essa diversidade se relaciona às trajetórias institucionais e aos contextos regionais. O presente estudo sugere que a diferenciação não está apenas no que se pesquisa. Ela também aparece na forma como se organiza a preparação para pesquisar.

Oliveira e Silva (2016, 2020) ajudam a ampliar essa leitura ao demonstrar que um subcampo como a Sociologia da Educação assume configurações distintas segundo programas, agentes e agendas. A evidência reforça que a diferenciação interna da disciplina pode ocorrer simultaneamente no conteúdo pesquisado e nas estruturas institucionais que sustentam a formação.

A relação entre currículo e profissão também merece cautela. Baltar e Baltar (2017) observam que a expansão acadêmica aproximou a identidade do sociólogo da carreira universitária. Os documentos analisados aqui mostram forte orientação para pesquisa e certificação acadêmica, mas não permitem concluir que outras inserções profissionais sejam ausentes ou secundárias na experiência dos egressos. A questão deve ser tratada como agenda de investigação, não como resultado ocupacional deste estudo.

A literatura sobre programas específicos reforça esse ponto. Protetti (2021) demonstra que mudanças organizacionais e trajetórias docentes influenciam a pós-graduação da Unicamp. O estudo

sobre gerações docentes na UFRGS evidencia a importância de cultura institucional, regras e processos de reprodução acadêmica. As arquiteturas curriculares podem ser entendidas como uma das materializações formais dessas histórias institucionais.

A categoria de densidade de prescrição deve, contudo, ser utilizada sem hierarquização. Maior prescrição não equivale a maior qualidade. Um currículo com muitas obrigatórias pode assegurar forte homogeneidade de formação, mas reduzir escolhas. Um currículo mais flexível pode favorecer especialização, mas depender de mecanismos de orientação robustos. O artigo identifica diferenças, não estabelece uma escala normativa entre elas.

A mesma cautela vale para a renovação do cânone. Alguns programas disponibilizam ementas que incorporam pensamento brasileiro, autoras mulheres, intelectuais negros, debates latino-americanos, perspectivas decoloniais, sociologia digital e novos métodos. Outros não tornam suas ementas públicas com o mesmo nível de detalhe. Por isso, essa dimensão foi tratada qualitativamente e não convertida em frequência nacional. A presença de temas emergentes sugere, ainda assim, que a área optativa funciona como espaço especialmente permeável à atualização do campo.

Em termos sintéticos, quatro dimensões estruturam as arquiteturas observadas. A primeira é a estabilidade do núcleo disciplinar. A segunda é o grau de prescrição. A terceira é a forma de continuidade vertical. A quarta é a densidade de socialização acadêmica. Os programas variam ao longo dessas dimensões, sem que os dados imponham, até aqui, agrupamentos discretos suficientes para justificar uma tipologia rígida.

A Tabela 4 reúne as dimensões construídas a partir das análises anteriores e explicita como elas se articulam no conceito de arquitetura formativa. Diferentemente das tabelas precedentes, sua função não é adicionar novos casos ou frequências, mas sintetizar os mecanismos comparativos que organizam a interpretação do corpus.

Tabela 4. Dimensões comparativas das arquiteturas formativas

Dimensão	Indicadores	Padrão observado	Função analítica
Núcleo disciplinar	Teoria, metodologia e pesquisa	Alta convergência	Define uma base comum de formação
Prescrição curricular	Proporção e peso de componentes obrigatórios	Variação moderada/alta	Diferencia trajetórias mais prescritas e mais flexíveis
Continuidade vertical	Relação entre formação de mestrado e doutorado	Alta variação	Pode ser direta, progressiva ou por pré-requisito
Formação metodológica	Organização dos métodos	Alta variação interna	Integra ou separa qualitativo, quantitativo e métodos avançados
Formação docente	Estágio ou prática docente	Alta variação	Pode ser obrigatória, condicional ou facultativa
Socialização científica	Eventos, seminários, créditos especiais, grupos	Alta variação	Amplia a formação para além das disciplinas
Certificação	Qualificação, proficiência, defesa	Convergência com formatos diversos	Verifica competências e regula a titulação

síntese interpretativa construída a partir do censo institucional, das frequências documentais e da comparação vertical apresentados nas Tabelas 1 a 3.
Fonte: elaboração dos autores a partir da análise documental comparativa.

A Tabela 4 cumpre, assim, uma função de passagem entre resultados e discussão. Ela mostra que núcleo disciplinar, prescrição curricular, continuidade vertical e socialização acadêmica são dimensões relacionadas, mas não equivalentes, e permite comparar programas sem convertê-los em uma hierarquia de qualidade.

9 DISCUSSÃO

A principal contribuição do estudo é demonstrar que unidade disciplinar e diversidade curricular não são termos contraditórios. As quatro tabelas estruturam esse argumento em níveis sucessivos: a primeira delimita o universo institucional, a segunda identifica recorrências documentais, a terceira examina a progressão entre níveis e a quarta sintetiza as dimensões comparativas. Por isso, elas constituem parte do encadeamento analítico do artigo e não anexos ilustrativos.

A Tabela 1 oferece a base institucional para interpretar os demais resultados. Sua distribuição por região e nível mostra que o corpus reúne programas situados em contextos distintos, mas submetidos à mesma denominação disciplinar. A concentração regional desigual e a existência de cinco programas apenas com mestrado tornam necessário distinguir o universo N = 23 do subconjunto N = 18 utilizado na análise vertical. Assim, a tabela cumpre a função de delimitar onde a formação é institucionalizada antes de se discutir como ela é organizada.

A Tabela 2 constitui o principal suporte para a afirmação de unidade disciplinar. A recorrência de teoria e metodologia obrigatórias no subconjunto validado sustenta a existência de um núcleo comum, enquanto a menor uniformidade em docência, socialização e certificação delimita a zona de

maior diferenciação institucional. A própria variação do N válido é parte do resultado, pois explicita que a força de cada inferência depende da cobertura documental disponível.

A Tabela 3 aprofunda a segunda hipótese ao mostrar, por casos comparáveis, que a progressão entre mestrado e doutorado assume formas distintas. Continuidade direta, progressiva e por pré-requisito não funcionam como tipos fechados, mas como mecanismos observáveis de reorganização do percurso. A função da tabela é demonstrar qualitativamente como a formação avançada pode combinar maior exigência científica com menor prescrição curricular.

A Tabela 4 reúne essas evidências em uma matriz interpretativa. Ela não substitui os resultados das tabelas anteriores e não constitui uma nova mensuração. Sua função é explicitar que estabilidade do núcleo disciplinar, densidade de prescrição, continuidade vertical e socialização acadêmica operam conjuntamente na definição das arquiteturas formativas. Essa síntese oferece a ponte conceitual entre o inventário documental e a interpretação institucional.

Consideradas em conjunto, as Tabelas 1 a 4 formam uma sequência analítica. A Tabela 1 responde pela delimitação do campo institucional; a Tabela 2 mostra onde há convergência e onde há maior variação; a Tabela 3 explica como parte dessa variação se manifesta na passagem entre níveis; e a Tabela 4 converte esses resultados em dimensões comparáveis. Essa articulação permite sustentar a tese de unidade disciplinar com diferenciação institucional sem confundir frequência documental, exemplo comparativo e síntese conceitual.

A articulação entre as quatro tabelas também permite relacionar currículo e reprodução institucional. Passiani e Moraes (2025) mostram, no caso da UFRGS, que cultura acadêmica, gestão coletiva e formação de sucessores participam da continuidade de um programa. No corpus analisado, currículos definem conhecimentos exigidos, qualificações certificam domínio e seminários ou estágios introduzem estudantes em práticas profissionais. As tabelas tornam visíveis diferentes pontos dessa cadeia institucional, da localização dos programas às formas de socialização e certificação.

Os documentos não revelam integralmente a experiência formativa. O artigo analisa a forma prescrita da formação, isto é, aquilo que regulamentos, currículos, ementas e normas tornam formalmente exigível ou reconhecível. Essa dimensão não equivale à prática efetivamente realizada. Conteúdos podem variar entre docentes e semestres, atividades facultativas podem ter adesão elevada e processos informais de orientação ou socialização podem não aparecer nas normas. Por isso, os resultados não devem ser lidos como descrição completa das experiências de estudantes e docentes, nem como medida de qualidade da formação.

Outra agenda decorre das desigualdades documentais. A transparência sobre currículos, ementas e normas varia significativamente. Como essas informações afetam a escolha de candidatos,

a mobilidade estudantil e a capacidade de comparação pública dos programas? Essa questão não estava no desenho inicial, mas emerge como tema pertinente para estudos sobre governança da pós-graduação.

Por fim, a análise sugere cautela na leitura de indicadores nacionais. A existência de padrões não autoriza presumir homogeneidade. Comparações futuras entre regiões, conceitos CAPES ou gerações de programas podem aprofundar as diferenças, desde que evitem interpretar associação como causalidade. O banco documental construído oferece base para esse desenvolvimento.

9.1 O PROFSOCIO E A FORMAÇÃO SOCIOLÓGICA PROFISSIONAL

A posição institucional do ProfSocio evidencia que a formação pós-graduada em Sociologia no Brasil ultrapassa o universo dos programas acadêmicos atualmente vinculados à Área de Avaliação Sociologia. O programa integra o ProEB/CAPES e está inserido na Área Ciências e Humanidades para a Educação Básica, destinada à formação continuada stricto sensu de professores (Brasil, 2026b). Sua área de concentração é Ensino de Sociologia e sua proposta articula Sociologia, Antropologia, Ciência Política, pesquisa e prática pedagógica (Universidade Federal do Ceará, 2026a).

A matriz curricular vigente totaliza 360 horas. O percurso inclui Teorias das Ciências Sociais 1 e 2, Metodologia da Pesquisa, Metodologia de Ensino, Sociologia da Educação, disciplina optativa, Seminário de TCC, qualificação e trabalho de conclusão (Universidade Federal do Ceará, 2026b). O arranjo mantém um núcleo disciplinar e metodológico, mas o conecta diretamente a conteúdos pedagógicos e à prática docente. A comparação com o corpus acadêmico mostra que a diferença não está na ausência de teoria ou pesquisa, mas na finalidade institucional que orienta sua combinação.

A arquitetura profissional também se distingue pela forma de governança. Em 2026, o ProfSocio reunia 16 instituições associadas distribuídas pelas cinco regiões brasileiras e ofertava 246 vagas no Exame Nacional de Acesso (Universidade Federal do Ceará, 2026c). A rede combina projeto pedagógico comum, coordenação nacional e execução local. Essa configuração amplia a capilaridade territorial da formação e constitui uma modalidade organizacional distinta dos PPGs acadêmicos vinculados a universidades específicas.

A certificação final explicita essa orientação profissional. Os trabalhos de conclusão podem assumir a forma de dissertação, intervenção pedagógica ou material pedagógico (Universidade Federal do Ceará, 2026d). Nas duas últimas modalidades, o produto deve articular problema educacional, fundamentação sociológica e aplicação no contexto escolar. A diversidade de formatos aproxima a certificação da prática profissional sem retirar a exigência de reflexão e pesquisa.

A socialização acadêmica também ocorre em escala de rede. O 3º Seminário Nacional do ProfSocio, realizado em 2026, foi organizado como espaço de circulação de pesquisas e debate científico em torno das três linhas do programa: Educação, Escola e Sociedade; Juventude e Questões Contemporâneas; e Práticas de Ensino e Conteúdos Curriculares (Universidade Federal do Ceará, 2026e). O evento mostra que a arquitetura formativa profissional inclui mecanismos próprios de integração entre instituições associadas, pesquisa discente e formação docente.

O contraste com os 23 PPGs acadêmicos delimita finalidades formativas distintas. Nos programas do censo, a estrutura documental se organiza em torno de formação teórico-metodológica, pesquisa, dissertações e teses, socialização científica e certificação acadêmica. No ProfSocio, essas dimensões são orientadas para a docência na Educação Básica, para práticas de ensino e para problemas da escola. O programa profissional não constitui um vigésimo quarto caso do censo, mas uma arquitetura complementar cuja comparação amplia a compreensão das formas de institucionalização da formação sociológica.

Essa distinção qualifica a discussão sobre docência. Nos PPGs acadêmicos, estágio e prática docente aparecem com graus variados de obrigatoriedade e podem integrar a preparação para o ensino superior. No ProfSocio, a docência na Educação Básica constitui a finalidade institucional do curso. A expressão formação sociológica, portanto, abrange configurações diferentes conforme área de avaliação, público, finalidade, governança e relação entre pesquisa e prática profissional.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou como os programas brasileiros de pós-graduação em Sociologia institucionalizam suas arquiteturas de formação. A resposta ao problema de pesquisa pode ser sintetizada em uma combinação de unidade e diferenciação. Os programas convergem na constituição de um núcleo disciplinar baseado em teoria sociológica, metodologia e formação para pesquisa, mas divergem na maneira de organizar esse núcleo, no grau de prescrição, na progressão entre mestrado e doutorado e nos mecanismos de docência e socialização científica.

A primeira hipótese foi fortemente sustentada. Entre os 14 programas com documentação integralmente validada para teoria e metodologia no mestrado, ambos os componentes são obrigatórios. A terceira hipótese também recebeu apoio, pois a convergência na presença da metodologia convive com desenhos que integram ou separam métodos qualitativos, quantitativos, gerais e avançados.

A segunda hipótese foi sustentada nos programas comparáveis. O doutorado não constitui simplesmente expansão quantitativa do mestrado. Há reorganização curricular, deslocamento para

pesquisa autônoma, especialização e, em alguns casos, menor densidade de prescrição. A quarta hipótese recebeu suporte na variação encontrada em estágio docente, créditos especiais, seminários, proficiência e outras experiências de socialização.

O estudo evidencia que a pós-graduação em Sociologia no Brasil se organiza em torno de um núcleo disciplinar relativamente estável, mas incorpora formas variadas de prescrição curricular, continuidade vertical e socialização acadêmica. A unidade da formação não depende de homogeneidade curricular. Ela decorre da recorrência de componentes considerados indispensáveis, combinada a estratégias institucionais próprias de cada programa. O conceito de arquitetura formativa permite integrar essas dimensões sem convertê-las em uma escala normativa de qualidade.

O tratamento complementar do ProfSocio amplia essa conclusão sem alterar o censo principal. Sua vinculação à Área Ciências e Humanidades para a Educação Básica, a governança em rede, a matriz que articula Ciências Sociais e formação pedagógica e a diversidade de trabalhos finais mostram outra forma institucional de formação sociológica. A distinção entre os dois planos impede comparações indevidas e abre agenda específica sobre relações entre pesquisa, docência e Educação Básica.

A pesquisa possui duas limitações principais. A primeira é a desigual disponibilidade pública de documentos, que produz denominadores variáveis por indicador e impede tratar ausência documental como ausência substantiva. A segunda decorre da natureza normativa do corpus. O estudo analisa formação prescrita e não observa diretamente oferta efetiva de disciplinas, práticas docentes, trajetórias discentes, participação real em atividades, orientação cotidiana ou processos informais de socialização. Essas limitações não invalidam os resultados, mas restringem seu alcance à institucionalização formal da formação.

Como agenda posterior, recomenda-se comparar a arquitetura prescrita com a oferta efetiva de disciplinas ao longo de vários anos, os percursos registrados nos históricos discentes e as percepções de estudantes e egressos. Outra frente consiste em comparar programas denominados Sociologia com programas de Ciências Sociais e Sociologia Política. Essa ampliação permitiria verificar até que ponto o núcleo identificado é específico da Sociologia ou corresponde a padrões mais amplos da formação em Ciências Sociais no Brasil.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em atendimento à Portaria CNPq nº 2.664/2026, declara-se que, na elaboração deste artigo, foi utilizada a ferramenta de Inteligência Artificial Generativa ChatGPT nas fases de estruturação textual, revisão e adequação normativa (ABNT). A ferramenta não foi empregada para geração autônoma de

conteúdo, análise ou formulação de resultados. Todo o conteúdo produzido foi integralmente revisado, verificado e validado pelo autor, que assume plena responsabilidade pela integridade, originalidade e exatidão do texto final.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; RAMALHO, José Ricardo. A pós-graduação em Sociologia e a experiência de avaliação da CAPES. Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, p. 27-57, 2018. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.257

BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Cláudia Siqueira. A Sociologia como profissão. Revista Brasileira de Sociologia, v. 5, n. 10, p. 255-277, 2017. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.213

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo; CÔRTES, Soraya Vargas; LIMA, Jacob Carlos. A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil. Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, p. 76-103, 2018. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.259

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ciências e Humanidades para a Educação Básica. Brasília, DF: CAPES, 2026b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/cienncias-e-humanidades-para-a-educacao-basica. Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Criada área de avaliação para programas de formação de professores. Brasília, DF: CAPES, 10 out. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/criada-area-de-avaliacao-para-programas-de-formacao-de-professores. Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Documento de Área: Sociologia, Área 34, 2025–2028. Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/sociologia/sociologia-docarea.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira: consulta de programas de pós-graduação. Brasília, DF: CAPES, 2026a. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/programas. Acesso em: 7 out. 2026.

CAMPOS, Luiz Augusto *et al.* The research agenda of Brazilian sociology at the beginning of the millennium. Cadernos de Pesquisa, v. 53, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/198053149904_EN

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. Sociologias, n. 14, p. 376-437, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000200014

MAIA, João Marcelo Ehlert; MEDEIROS, Jimmy. Autonomia e trabalho intelectual na pós-graduação em Ciências Sociais. Revista Brasileira de Sociologia, v. 9, n. 23, p. 228-255, 2021. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.793

MARTINS, Carlos Benedito. As origens da pós-graduação nacional (1960-1980). Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, p. 9-26, 2018. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.256

MELO, Marina Félix de; BERNARDO, Ana Cláudia; GOMES, Selefe. As teses da área de Sociologia no Brasil: padrões de inflexões temáticas e metodológicas. Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, p. 58-75, 2018. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.258

NASCIMENTO, Mariana Siracusa. A agenda de pesquisa sociológica no Brasil: o caso dos Programas de Pós-Graduação. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 52, n. 2, p. 145-178, 2021. DOI: https://doi.org/10.36517/rcs.52.2.d05

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. A pós-graduação em Sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização. Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, p. 104-121, 2018. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.260

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A diversidade de agentes e agendas na Sociologia da Educação no Brasil. Lua Nova, n. 110, p. 99-131, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-099131/110

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A Sociologia e os sociólogos da educação no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, n. 91, 2016. DOI: https://doi.org/10.17666/319108/2016

PASSIANI, Enio; MORAES, Weslley Daniel Bueno. Gerações docentes e herança: a construção de um programa de excelência acadêmica. Sociologias, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0337/e146495

PROTETTI, Fernando Henrique. Pós-graduação em sociologia na Unicamp: mudanças e permanências. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 52, n. 2, p. 25-67, 2021. DOI: https://doi.org/10.36517/rcs.52.2.d02

SILVA, Lucas Rodrigo da; SOUZA, Roney Fraga; LIMA, Jacob Carlos. A cientometria na caracterização do campo da Sociologia no Brasil: considerações metodológicas. Revista Brasileira de Sociologia, v. 10, n. 25, 2022. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.881

TAVARES JÚNIOR, Fernando; NASCIMENTO, Tarcilia Edna Fernandes do; BERNARDINO, Bianca Souza; LEITE, Lucas Loureiro. A área de Sociologia e os desafios de seus Programas modais: análises do último biênio. Revista Brasileira de Sociologia, v. 7, n. 16, p. 157-178, 2019. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.407

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Doutorado em Sociologia. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://ppgsol.unb.br/cursos/doutorado/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Estrutura curricular de mestrado. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://ppgsol.unb.br/estrutura-curricular-de-mestrado/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução CoPGr nº 8.955, de 2 de março de 2026. Aprova o regulamento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo: USP, 2026. Disponível em: https://leginf.usp.br/resolucoes/resolucao-copgr-no-8955-de-02-de-marco-de-2026/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Estrutura pedagógica. Campinas, 2026. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/pos/sociologia/programa/estrutura-pedagogica. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Matriz curricular. Fortaleza, 2026. Disponível em: https://www.uece.br/ppgsociologia/ensino/matriz-curricular/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Estrutura curricular. João Pessoa, 2026. Disponível em: https://www.ufpb.br/ppgs. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Doutorado: estrutura curricular e ementas das disciplinas. Goiânia, 2026. Disponível em: https://pos-sociologia.fcs.ufg.br/p/56257-doutorado-estrutura-curricular-e-ementas-das-disciplinas. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Estrutura curricular e ementas das disciplinas. Goiânia, 2026. Disponível em: https://pos-sociologia.fcs.ufg.br/p/1253-estrutura-curricular-e-ementas-das-disciplinas. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Estrutura curricular do mestrado acadêmico. São Cristóvão, 2026. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/18471745. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disciplinas e matrículas. São Carlos, 2026. Disponível em: https://www.ppgs.ufscar.br/area-do-estudante/disciplinas-e-matriculas/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Proposta do curso. Fortaleza: UFC, 2026a. Disponível em: https://profsocio.ufc.br/proposta/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Matriz curricular. Fortaleza: UFC, 2026b. Disponível em: https://profsocio.ufc.br/pt/proposta/matriz-curricular/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Exame Nacional de Acesso 2026. Fortaleza: UFC, 2026c. Disponível em: https://profsocio.ufc.br/pt/exame-nacional-de-acesso-2026-profsocio/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Trabalhos de conclusão. Fortaleza: UFC, 2026d. Disponível em: https://profsocio.ufc.br/trabalhos-de-conclusao/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. 3º Seminário Nacional do ProfSocio. Fortaleza: UFC, 2026e. Disponível em: https://profsocio.ufc.br/pt/3-seminario-nacional-do-profsocio/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Regimento interno. Fortaleza, 2026. Disponível em: https://posgradsoc.ufc.br/pt/regimento-interno/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Ementas das disciplinas. Niterói, 2026. Disponível em: https://ppgs.uff.br/2927-2/. Acesso em: 7 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Mestrado. Niterói, 2026. Disponível em: https://ppgs.uff.br/mestrado/. Acesso em: 7 out. 2026.